

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. **Resultados e Evolução Patrimonial** - A carteira de seguros de Auto, que representa 79% das operações, atingiu a marca de 960.100 veículos segurados. Acumulando outras linhas de negócios, registramos o total de R\$ 1,6 bilhão de prêmios emitidos. Para sustentar esta operação, a Liberty conta com ativos de R\$ 2 bilhões e reservas de R\$ 1,2 bilhão. Durante o exercício de 2011, sempre objetivando as melhores estimativas e de acordo com as normas e conceitos internacionais (IFRS), revisamos e adequamos nossas metodologias para cálculo da reserva de BNR, o que resultou na constituição de reservas adicionais no valor aproximado de R\$ 27 milhões. O patrimônio líquido de R\$ 467 milhões apresentou crescimento de 32% em relação ao período

de 31 de dezembro 2010 e foi motivado principalmente pelo aporte de capital de R\$ 129 milhões, com o objetivo de sustentar o crescimento e adequar a solvência às normas que começaram a vigorar em 2011. Os impactos dos normativos editados no período contemplam a diminuição do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da sociedade pela eliminação de alguns Ativos no cômputo geral, e pela inclusão no cálculo da solvência do montante variável de capital que uma sociedade deve manter para garantir o risco de crédito a que está exposta. **Proximidade e Compromisso com o Mercado Brasileiro** - Em 2011, a Liberty Seguros S.A., subsidiária brasileira da Liberty Mutual, assinou contrato com a FIFA™, tornando-se a seguradora no Brasil a integrar o grupo de patrocinadores da Copa do Mundo da FIFA™. O contrato assinado garante a Liberty o direito de utilizar localmente o título de Seguradora Oficial da Copa do Mundo da FIFA de 2014™.

bem como da Copa das Confederações em 2013. Nesse ano, a Liberty Seguros S.A. realizou também sua primeira campanha em mídia aberta para comunicação de marca. A Liberty Seguros S.A. também conquistou a certificação Cybertrust Security - Certified Enterprise, emitida pela Verizon, atestando que as operações da Liberty no país são realizadas com nível máximo de segurança tecnológica e que a companhia adota as melhores práticas para a proteção de dados sigilosos. No âmbito de responsabilidade social, a empresa trabalhou em ações de engajamento e sensibilização sobre o tema "Responsabilidade e Segurança no Trânsito", no qual se destacam os projetos de Educação no Trânsito para funcionários de empresas que são clientes do canal Affinity e o projeto "Mundo do Meu AmigoZão", que ao incentivar as práticas do correto transporte de crianças em veículos, impactou 11.899 crianças e 10.287 adultos no ano de 2011. São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

Balancos Patrimoniais - 31/12/2011 e 2010

Ativo	Notas explic.	(Em MRS)		Passivo	Notas explic.	(Em MRS)	
		31/12/2011	31/12/2010			31/12/2011	31/12/2010
Circulante		1.264.647	1.088.826	Circulante		1.436.048	1.222.739
Disponível	5.2. e 6	29.188	16.953	Contas a pagar	12	109.644	103.757
Caixa e bancos		29.188	16.953	Obrigações a pagar		16.129	20.934
Equivalente de caixa	5.2. e 6	95.555	62.851	Impostos e encargos sociais a recolher		39.260	34.385
Aplicações	5.2. e 7	216.165	233.643	Encargos trabalhistas		13.524	11.776
Créd. oper. c/seg. e resseguros	5.2.	574.939	505.424	Impostos e contribuições		6.770	3.569
Prêmios a receber		515.802	469.322	Outras contas a pagar		33.961	33.093
Operações com seguradoras		11.496	1.231	Déb. de oper. c/seguros e resseguros	13	125.761	110.202
Operações com resseguradoras		13.580	9.930	Operações com seguradoras		3.878	5.090
Outros créditos operacionais		34.961	24.941	Operações com resseguradoras		28.957	26.987
Ativos de resseg. - Prov. técnicas	5.2.	38.758	17.614	Corretores de seguros e resseguros		92.924	78.120
Títulos e créditos a receber		91.426	63.515	Outros débitos operacionais		2	5
Títulos e créditos a receber	9.1	77.970	45.904	Depósitos de terceiros	4.273	4.273	4.273
Créditos tribut. e previdenciários	8	703	2.407	Provisões técnicas - Seguros	14	1.196.370	1.006.217
Outros créditos	9.2.	12.753	15.204	Danos		1.136.606	957.674
Outros valores e bens	9.3.	30.548	26.186	Pessoas		59.764	48.543
Bens à venda		30.232	25.968	Passivo não circulante	8 e 12	527.839	427.657
Outros valores		316	218	Contas a pagar		1.234	1.328
Despesas antecipadas		26.421	15.822	Tributos diferidos		1.234	1.328
Custo de aquisição diferidos		138.981	119.520	Provisões técnicas - seguros	14	14	14
Seguros e resseguros		1.960	1.095	Danos		7.015	4.201
Desp. de resseg. e retrocess. diferidas		22.666	27.298	Pessoas		2.540	1.942
Ativo não circulante	699.240	561.570	561.570	Outros débitos	15	49.714	66.237
Realizável a longo prazo	638.470	496.383	496.383	Provisões judiciais		49.714	66.237
Aplicações	5.2. e 7	557.566	397.967	Patrimônio líquido	16	467.336	353.949
Títulos e créditos a receber		74.012	94.967	Capital social		372.470	198.496
Créditos tribut. e previdenciários	8	56.080	56.588	Aumento de capital (em aprovação)		-	35.000
Depósitos judiciais e fiscais	9.4.	17.427	37.636	Reservas de reavaliação		1.124	1.354
Outros créditos operacionais	9.2.	505	473	Reservas de lucro		88.266	118.361
Outros valores e bens	9.3.	700	934	Ajustes com títulos e val. mobiliários		5.476	738
Custo de aquisição diferidos		1.960	1.095				
Seguros e resseguros		1.960	1.095				
Desp. de resseg. e retrocess. diferidas		4.232	1.420				
Imobilizado	10	41.650	50.815				
Imóveis de uso próprio		8.472	9.127				
Bens móveis		33.157	40.582				
Outras imobilizações		21	1.106				
Intangível	11	12.860	9.420				
Outros intangíveis		12.860	9.420				
Diferido	11	6.260	4.952				
Total do Ativo		1.963.887	1.650.396	Total do Passivo		1.963.887	1.650.396

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31/12/2011 e 2010

Descrição	Notas explic.	(Em MRS)						
		Capital social	Aum. do cap. (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reserva estatut.	Reserva legal	Aj. c/tit. e val. mobiliários	Lucros/(prej.) acum.
Saldo em 31/12/2009		198.496	-	-	-	-	-	306.383
Aumento de capital:			35.000	-	-	-	-	35.000
Cap. em aprovação - AGE 30/12/2010			-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação			-	(492)	-	-	(3.473)	(271)
Realização			-	-	-	-	271	(221)
Títulos e valores mobiliários			-	-	-	-	(3.473)	(3.473)
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	16.260	16.260
Reserva de lucro			-	-	15.718	-	(15.718)	-
Reserva legal			-	-	-	813	(813)	-
Saldo em 31/12/2010		198.496	35.000	1.354	112.093	6.268	738	353.949
Saldo em 31/12/2010		198.496	35.000	1.354	112.093	6.268	738	353.949
Aumento de capital:								
Aprov. aum. de cap. Port. SUSEP 4286 de 21/11/2011		35.000	(35.000)	-	-	-	-	-
Cap. em aprov. - AGE 28/02/2011	16.a.	-	129.000	-	-	-	-	129.000
Cap. em aprov. - AGE 01/06/2011	16.a.	-	9.974	-	-	-	-	9.974
Aprov. aum. de cap. Portaria SUSEP 4286 de 21/11/2011	16.a.	129.000	(129.000)	-	-	-	-	-
Aprov. aum. de cap. Portaria SUSEP 4317 de 13/12/2011	16.a.	9.974	(9.974)	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:								
Realização				(230)	-	-	234	4
Títulos e valores mobiliários				-	-	-	4.738	4.738
Prejuízo líquido do exercício				-	-	-	(30.329)	(30.329)
Reserva de lucro				-	(30.095)	-	30.095	-
Saldo em 31/12/2011		372.470	1.124	81.998	6.268	5.476	738	467.336

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício Findo em 31/12/2011

1. Contexto Operacional: A Liberty Seguros S.A. (doravante "Companhia") foi constituída em 1º de setembro de 2005, uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110, em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. A Liberty Seguros S.A. integra o grupo Liberty Mutual, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Boston, Estados Unidos. Tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e de vida em todo o território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. A Liberty Mutual está diretamente ligada à Liberty International, que por sua vez possui 100% das ações Liberty Seguros. Em 2008, a holding do grupo, Liberty International Brasil Ltda., concretizou a aquisição da Indiana Seguros S.A., empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros dos ramos elementares e de vida. Os serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são observados segundo critérios de rateio que consideram a razoabilidade e sinergia das operações realizadas em conjunto ou individualmente. A Companhia oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender as necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos: Automóveis; Patrimonial (residencial e empresarial); Vida em grupo; Transportes; Entre outros. A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na nota explicativa nº 5. As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram autorizadas para emissão pela Administração em 23 de fevereiro de 2012. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do resultado abrangente e as demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, conforme legislação em vigor.

a) Declaração de conformidade: Em 29 de abril de 2011, foi emitida a Circular SUSEP nº 424/11 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2010. Essa Circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga as Circulares SUSEP nº 379/08, nº 387/09, nº 406/09 e nº 408/10. As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 424/11 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais para o ativo/passivo circulante quando estes atenderem às seguintes premissas: Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os itens que não atendem ao exposto acima e, consequentemente, não satisfazem aos critérios estabelecidos pelo CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis, foram classificados como não circulantes. As cifras de períodos anteriores, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas pela Companhia para efeitos comparativos, conforme demonstrado a seguir:

Ativo	Circ. 424		Circ. 379	
	31/12/10	Ajuste (a)	31/12/10	Ajuste (b)
Circulante	1.088.826	(5.472)	1.096.813	(2.515)
Disponível	16.953	-	16.953	-
Caixa e bancos	16.953	-	16.953	-
Equivalente de caixa	62.851	-	62.851	-
Aplicações	233.643	-	233.643	-
Créditos das operações c/seguros e resseguros	505.424	(20.432)	525.856	-
Prêmios a receber	469.322	-	469.322	-
Oper. c/seguradoras	1.231	-	1.231	-
Oper. c/resseguradoras	9.930	(20.432)	30.362	-
Outros cré. operacionais	24.941	-	24.941	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas	17.614	17.614	-	-
Títulos e créditos a receber	63.515	2.147	61.368	-
Títulos e cré. a receber	45.904	-	45.904	-
Créd. tribut. e previd.	2.407	2.147	260	-
Outros créditos	15.204	-	15.204	-
Outros valores e bens	26.186	-	26.186	-
Bens à venda	25.968	-	25.968	-
Outros valores	218	-	218	-
Despesas antecipadas	15.822	-	15.822	-
Custo de aquis. diferidos	119.520	(1.095)	120.615	-
Seguros	119.520	(1.095)	120.615	-
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	27.298	(4.801)	33.519	-
Ativo não circulante	561.570	-	559.055	-
Realizável a longo prazo	496.383	-	493.868	-
Aplicações	397.967	-	397.967	-
Títulos e cré. a receber	94.967	-	94.967	-
Créditos tribut. e previd.	56.588	-	56.588	-
Depósitos judic. e fiscais	37.636	-	37.636	-
Outros créditos operac.	473	-	473	-
Outros valores e bens	934	-	934	-
Custo de aquis. diferidos	1.095	-	1.095	-
Seguros e resseguros	1.095	-	1.095	-
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	1.420	-	1.420	-
Imobilizado	50.815	-	50.815	-
Imóveis de uso próprio	9.127	-	9.127	-
Bens móveis	40.582	-	40.582	-
Outras imobilizações	1.106	-	1.106	-
Intangível	9.420	(4.952)	14.372	-
Outros intangíveis	9.420	(4.952)	14.372	-
Diferido	4.952	-	4.952	-
Total do Ativo	1.650.396	(5.472)	1.655.868	-

(a) As reclassificações supramencionadas referem-se ao atendimento da Circular nº 424/11, anteriormente publicadas de acordo com a Circular SUSEP nº 379/08. A Companhia definiu a data de 1º de janeiro de 2010 como a data de transição para os dispositivos da Circular SUSEP nº 424/11 e os pronunciamentos técnicos (CPCs). As demonstrações financeiras não sofreram ajustes significativos decorrentes da aplicação dos novos CPCs homologados pela SUSEP. (b) As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 anteriormente publicadas, estão apresentadas de forma comparativa e foram reclassificadas devido à realocação da PPNG e DCD entre circulante e não circulante.

Passivo	Circ. 424		Circ. 379	
	31/12/10	Ajuste (a)	31/12/10	Ajuste (b)
Circulante	1.222.739	(5.472)	1.234.354	(6.143)
Contas a pagar	103.757	2.147	103.510	3.018
Obrigações a pagar	20.934	-	20.934	-
Imp. e encarg. soc. a rec.	34.385	-	34.385	-
Encargos trabalhistas	11.776	-	11.776	-
Impostos e contribuições	3.569	2.147	1.422	-
Outros contas a pagar	33.093	-	30.075	3.018
Débitos de operações com seguros e resseguros	110.202	(7.619)	120.839	(3.018)
Oper. c/seguradoras	5.090	-	5.090	-
Oper. c/resseguradoras	26.987	(2.817)	29.804	-
Corr. de seg. e resseg.	78.120	(4.802)	82.922	-
Outros débitos operac.	5	-	3.023	(3.018)
Depósitos de terceiros	2.563	-	2.563	-
Provisões téc. - seguros				

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício Findo em 31/12/2011

(Em Milhares de reais)

deduzidos do valor justo do ativo. Quando a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados são consideradas como um elemento do fluxo de caixa no teste, deduzidas do montante já constituído no ativo. **d) Ativo oriundo de depósito próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio é utilizado para a conclusão dos negócios da Companhia e compreende: o uso próprio, equipamentos, móveis máquinas e utensílios, e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2008 (terrenos e edifícios são demonstrados pelo valor reavaliado, com base em avaliações efetuadas por peritos independentes). Este custo foi utilizado como custo atribuído na adoção dos novos CPCs como isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a adoção inicial dos pronunciamentos contábeis. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de preparação das demonstrações contábeis. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para o qual esteja em condições de uso. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos (os terrenos não são depreciados). As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº10. O valor residual e a vida útil dos ativos são reavaliados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. **e) Ativos intangíveis: i. Softwares:** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • O software pode ser usado; • O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e • O custo atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os gastos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos, e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliadas para "Impairment" periodicamente pela Companhia. **ii. Licenças de uso de software adquiridos:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de até cinco anos. **f) Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros ("Impairment"):** i. **Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados):** A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) apresenta perda de seu valor recuperável ("impairment"). Para esta análise a Companhia utiliza diversos fatores observáveis que incluem: • Dificuldades significativas do emissor ou do devedor; • Queda de termos contratuais, tais como default ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor; • É provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concorra a Desaparecimento de um determinado título de um mercado ativo; • Informações observáveis que indicam uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos, embora esta redução não possa ser atribuída para os ativos individualmente não significativos. Para avaliação da perda do valor recuperável de ativos financeiros classificados como empréstimos ou recebíveis, a Companhia utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera se existe evidência objetiva de perda de valor para ativos individualmente significativos. Se não existe evidência de que um ativo individualmente significativo apresentou perda de seu valor, a Companhia poderia, segundo essa metodologia, incluir o ativo em um grupo de ativos de risco de crédito com características similares e acessar este ativo para avaliar o risco de perda de seu valor recuperável juntamente com os demais ativos financeiros, que serão testados em uma base coletiva. Para este cálculo coletivo a Companhia agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, ratings internos, indústria ou tipos de contrato de seguro, para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados. Os ativos individualmente significativos que são avaliados para perda de seu valor recuperável em uma base individual não são incluídos, na base de cálculo coletivo. A Companhia designa os prêmios a receber nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em períodos anteriores, eliminando eventos de cancelamento de apólices, não diretamente associados com perdas individuais de um contrato de seguro. Nesse contexto, a Administração não realiza análises de perdas incorridas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo. Para os ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", o valor da perda é avaliado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos, descontados pela taxa efetiva de juros. Caso o ativo apresente perda, o valor é reconhecido como uma conta retificadora (uma provisão) e no resultado do período. Quando o ativo for cotado em bolsa, a Companhia utiliza o valor de mercado como valor de referência para o cálculo da redução do valor recuperável ("Impairment"). **ii. Ativos avaliados ao valor justo:** A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como "disponível para a venda" apresenta evidências individuais de perda ao seu valor recuperável. No caso de investimentos em instrumentos de capital a Companhia avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo em relação ao seu custo. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período. As perdas para redução ao valor recuperável em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com valor recuperável registradas são revertidas se o valor justo do instrumento financeiro aumentar, e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda foi inicialmente reconhecida. **iii. Ativos não financeiros:** Os ativos financeiros que não possuem vida útil definida, como terrenos, por exemplo, não são depreciados e são testados para perda de seu valor recuperável anualmente. Ativos não financeiros sujeitos a depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para perda quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja mais recuperável. A redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do período para o valor contábil do ativo que exceder o valor recuperável conforme CPC 01. **g) Contratos de arrendamento mercantil (leasing):** Os contratos de arrendamento mercantil (leasing) são classificados em dois grandes grupos: leasing operacional e leasing financeiro. O fator determinante para essa classificação, conforme CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil é justamente a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem. **Arrendamentos operacionais:** Os pagamentos feitos pela Companhia referente aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato. **Arrendamentos financeiros:** Durante o período de divulgação não existiam contratos de arrendamento mercantil financeiros vigentes. **h) Contratos de seguro e contratos de investimento - Classificação:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, por meio da Circular nº 424/11 estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. Nesse contexto, a Administração realizou análises de perdas em contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Adicionalmente, a Companhia contrata prestadores para prestação de serviço, tais como chaveiros, assistência 24 horas, vidros, etc., que são avaliados para fins de classificação de contratos, sendo classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. **i) Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro:** **i. Avaliação de ativos de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. **ii. Passivos de contratos de seguro:** A Companhia utilizou as diretrizes da Circular SUSEP nº 424/11 para avaliação dos contratos de seguro e conversão das demonstrações financeiras. Segundo esta Circular, a Companhia contou com a isenção de utilizar as políticas contábeis atenuantes, ou seja, utilizou a Circular SUSEP nº 379/08, conjuntamente com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP até 31 de dezembro de 2010. Além da utilização desta isenção, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, tais como: (i) teste de adequação de passivos; (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro; dentre outras políticas aplicáveis. A Companhia não aplicou os princípios de Contabilidade Reflexa (ou "Shadow Accounting"), já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda segundo o CPC 38 que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Companhia não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro segundo as práticas contábeis brasileiras anteriormente aplicadas. A Companhia não identificou provisões para catástrofes não permitidas na data de adoção do CPC 11. **j) Provisões técnicas - Seguros:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuais - NTA. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco decorrente da contratação. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - Risco Vigentes - PPNG-RV é calculada com base em cálculos atuariais através da utilização de triângulos de "run-off" de prêmios emitidos onde é possível captar a defasagem entre a vigência do risco e a emissão do prêmio. Assim essa provisão indica o nível de prêmios não ganhos, referente aos riscos vigentes, assumidos pela seguradora, porém ainda não emitidos. A Provisão Complementar de Prêmios - PCP é calculada "pro rata" dia, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e o seu valor é a diferença, se positiva, entre a média de soma dos valoresapurados diariamente e a PPNG constituída. A Provisão de Insuficiência de Prêmios - SIP é calculada de acordo com a NTA. Os cálculos efetuados não indicaram necessidade de constituição de provisão. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. A metodologia de cálculo utilizada contempla também a Provisão de Sinistros Ocorridos Não Suficientemente Reportados - IBNER, provisão adicional à Provisão de Sinistros a Liquidar, que tem como objetivo estimar os valores dos ajustes que os sinistros a liquidar sofrerão até o seu encerramento. Esta provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. **k) Passivos financeiros:** Os contratos de seguros são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição. Quando os efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros pré-determinada (ou explícita no contrato), a Companhia utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros referencial, que seria similar a cobrada por uma instituição bancária para financiamento ou compra de um ativo similar, considerando, inclusive, o risco de crédito da Companhia para este propósito. **l) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test):** Em cada data de balanço a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para avaliar as obrigações decorrentes dos contratos de seguro cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste e, na modalidade de extensão de garantia do teste de garantia estendida, os riscos que tenham sido contratados até a data-base do teste. Este teste é elaborado considerando-se como o valor líquido contábil de todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. A Companhia realiza estimativas correntes dos fluxos de caixa através de parâmetros e premissas atuais e realistas visando obter a sua melhor estimativa, considerando parâmetros requeridos pelo CPC 11 e determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os fluxos de caixa são descontados utilizando taxas de juros livres de risco, e, consequentemente, a Companhia utiliza a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco pré-fixada. Adicionalmente, os contratos são agrupados por suas características e riscos similares, respeitando as determinações estabelecidas pela SUSEP. Alguns contratos permitem que a Companhia adquire a titularidade sobre o ativo ou adquira o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). A Companhia também possui o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, tais como sub-rogação de direitos, para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de seguro. Consequentemente, conforme permitido pelo CPC 11, estimativas de recuperação de salvados e de reembolsos originados de sub-rogação de direitos são incluídos como um fluxo redutor das obrigações na execução dos testes de adequação dos passivos. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, ajustando as provisões do passivo de contratos de seguro já registradas na data do teste. Como conclusão para o teste realizado, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados. **m) Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos financeiros:** Ativos e passivos financeiros somente são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos junto à contraparte e quando a Companhia possui a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente. A Companhia não apresentou ativos e passivos de forma líquida para essa demonstração. **n) Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou contratual) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação, e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. A Companhia constitui provisões em garantia de desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. Elas são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). **o) Capital social:** As ações emitidas pela Companhia são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando esta Companhia não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. **p) Políticas contábeis para reconhecimento de receita: i. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro:** As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. Para contratos de investimento, a Companhia não reconhece os prêmios recebidos (ou pagos, para prêmios de resseguro) no resultado do exercício, utilizando o método de contabilidade de depósito aplicável para ativos e passivos financeiros. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio. **ii. Receita de juros e dividendos recebidos:** As receitas de juros de instrumentos financeiros, incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda do seu valor recuperável ("impairment"), a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento dos prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos

correspondentes prêmios de seguros. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. **q) Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde, nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 24.000,00. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% (vide nota explicativa nº 17.3.4). É constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliado de bens do ativo imobilizado (edifício), cujo montante será transferido para impostos a pagar no passivo circulante, quando da realização ou baixa desses ativos. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou "liability method" segundo o IAS 12) sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. **4. Estimativas e Julgamentos Contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **i. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O passivo de seguros da Companhia é o componente onde a maior parte dos ajustes estatísticos e julgamentos, e julgamentos diversos foram utilizados. Os dados precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados. A Companhia utiliza as fontes de informação interna e externa disponíveis, tais como: sua experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários sobre o cálculo da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. A Companhia divulga análises de sensibilidade para estas premissas na nota explicativa nº 3.1.i.ii. **ii. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências tributárias, civis e trabalhistas:** A Companhia possui processos judiciais fiscais, civis e trabalhistas em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC 25. Entretanto, o processo utilizado pela Administração, para a contabilização e construção das estimativas contábeis, levam em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, com base em informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões. **iii. Cálculo de valor justo de ativos financeiros:** Conforme requerido pelo CPC 39, a Companhia aplica as regras de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros designados nas categorias "disponíveis para a venda" e ativos "ao valor justo através do resultado". Nesse processo a Companhia estabelece metodologias de avaliação de valor justo com base em dados diretamente observáveis ou não observáveis no mercado. Essas metodologias empregam alto grau de julgamento na seleção de variáveis e modelagens para estabelecimento de valor justo de determinados instrumentos não cotados em um mercado ativo. A Companhia divulga na nota explicativa nº 5.3, informações requeridas pelo CPC 39 quanto à metodologia e níveis de classificação dos instrumentos segundo fatores observáveis no mercado. As análises de sensibilidade para estas premissas são divulgadas na nota explicativa nº 5.2. **v. Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. **5. Gerenciamento de Riscos:** A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de seguro; • Risco de crédito; • Risco financeiro; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados. A Companhia dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:**

	Sem Vencto.	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total	Saldo contábil 31/12/2011
Composição da carteira Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro								
- Disponíveis para a venda								
Ativos pré-fixados								
Públicos	-	120.502	-	45.823	156.855	169.033	492.213	492.213
Privados	-	-	-	-	-	5.831	5.831	5.831
Ativos pós-fixados								
Públicos	-	-	1.842	11.714	5.897	40.218	141.309	141.309
Privados	-	-	-	-	-	5.619	25.072	25.072
Fundos de investimentos	-	-	-	-	-	19.186	19.186	19.186
Índices de inflação	-	-	-	-	-	33.750	87.586	87.586
Outros	2.534	-	-	-	-	-	2.534	2.534
- Recebíveis, pré-fixados								
Prêmios a receber de segurados (a)	68.357	142.241	266.826	38.362	16	-	515.802	515.802
Valores a receber de operações de seguros e resseguros	25.076	-	-	-	-	-	25.076	25.076
Outros	34.061	-	-	-	-	-	34.061	34.061
- Ativos de resseguro	38.758	-	-	-	-	-	38.758	38.758
- Caixa e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 6)	124.743	-	-	-	-	-	124.743	124.743
Total de ativos financ. e ativos de contratos de seguro	293.529	262.743	268.668	95.899	297.609	293.723	1.512.171	1.512.171

Composição da carteira Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro

	Sem Vencto.	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total	Saldo contábil 31/12/2010
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro								
- Disponíveis para a venda								
Ativos pré-fixados								
Públicos	-	-	-	153.840	218.506	27.345	399.691	399.691
Privados	-	-	-	-	-	5.033	5.033	5.033
Ativos pós-fixados								
Públicos	-	-	-	50.462	-	50.083	100.545	100.545
Privados	-	303	22.510	4.000	10.213	8.872	45.898	45.898
Fundos de investimentos	-	-	-	-	-	21.309	21.309	21.309
Índices de inflação	-	-	-	-	-	25.307	56.606	56.606
Outros	2.528	-	-	-	-	-	2.528	2.528
- Recebíveis, pré-fixados								
Prêmios a receber de segurados (a)	32.236	157.053	241.383	38.509	140	1	469.322	469.322
Valores a receber de operações de seguros e resseguros	11.161	-	-	-	-	-	11.161	11.161
Outros	24.941	-	-	-	-	-	24.941	24.941
- Ativos de resseguro	17.614	-	-	-	-	-	17.614	17.614
- Caixa e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 6)	79.804	-	-	-	-	-	79.804	79.804
Total de ativos financ. e ativos de contratos de seguro	168.284	157.356	263.893	246.811	260.158	137.950	1.234.452	1.234.452

(a) Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e co-seguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O prazo médio de parcelamento dos prêmios diretos da Companhia é de aproximadamente 5 meses.

Adicionalmente a Companhia avalia periodicamente os valores registrados na rubrica "11319 - Redução ao valor recuperável" que encontram-se vencidos há mais de 60 dias, líquido de comissão a pagar e IOF. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 2.319,52 em 2010. O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 31 de dezembro de 2010 e 2011:

	31/12/2011	31/12/2010
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2010	469.322	469.322
(+) Prêmios emitidos líquidos	1.633.187	1.586.707
(-) Recebimentos e cancelamentos	(1.586.707)	(1.586.707)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2011	515.802	515.802

5.3. Gestão de risco de mercado: A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez. O CPC 39 requer a divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: outros dados, que não sejam os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (isto é, derivado dos preços); • Nível 3: dados para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Companhia classificados de acordo com os níveis acima:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Nível 1	Nível 3	Consol.	Nível 1	Nível 3	Consol.
Ativos financ. disp. p/venda (a)						
Letras financeiras do tesouro - LFT	141.309	-	141.309	100.545	-	100.545
Letras do tesouro nacional - LTN	69.737	-	69.737	194.196	-	194.196
Notas do tes. nac. - NTN - Série B	87.586	-	87.586	56.606	-	56.606
Notas do tes. nac. - NTN - Série F	422.476	-	422.476	205.495	-	205.495
Títulos privados	50.089	-	50.089	72.240	-	72.240
Outras aplic. (*)	-	2.534	2.534	-	2.528	2.528
Total	771.197	2.534	773.731	629.082	2.528	631.610

(*) Referem-se a ações do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, empresa resseguradora vinculada ao Ministério da Fazenda. (**) Inclui fundos de investimento não exclusivos. **(a)** A Companhia não detém ativos financeiros classificados de acordo com o Nível 2. A Companhia utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração os cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para a avaliação de ativos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Companhia:

	Escala Nacional				Escala Internacional				Saldo contábil 31/12/11
	brAAA	brAA	AAA	AA	A	BBB	BB	Sem rating	31/12/11
Composição da carteira por classe e por categoria contábil Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro									
- Disponíveis para a venda									
Ativos pré-fixados									
Públicos	-	-	-	-	-	492.213	-	-	492.213
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	5.831
Ativos pós-fixados	5.831	-	-	-	-	-	-	-	5.831
Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	141.309
Privados	15.858	-	-	-	-	9.214	-	-	19.186
Fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	19.186	-	19.186
Índices de inflação	-	-	-	-	-	-	-	-	87.586
Outros	-	-	-	-					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício Findo em 31/12/2011

(Em Milhares de reais)

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2011 e 2010, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Demonstamos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2010 e 2011:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	631.610
(+) Aplicação	388.671
(-) Resgates	(340.297)
(+) Rendimentos	85.850
(+) Variação ajuste de mercado	7.897
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	773.731

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não havia contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Companhia.

	31/12/2011	31/12/2010
8. Créditos Tributários e Previdenciários:		
Ativo circulante		
Imposto de renda	370	1.467
Contribuição social	121	770
PIS e COFINS	212	170
Total circulante	703	2.407

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo não circulante		
Créditos tributários s/diferenças temporárias:		
Imposto de renda	20.725	23.555
Contribuição social	11.523	13.254
Subtotal (a)	32.248	36.809
Outros	4.110	327
Subtotal	36.358	37.136

	31/12/2011	31/12/2010
Total não circulante	68.516	74.945
Total	104.864	112.352

	31/12/2011	31/12/2010
Subtotal (a)	19.722	19.722
Total não circulante	56.080	56.858

	31/12/2011	31/12/2010
a) Ativos e passivos de impostos diferidos		
Imposto diferido ativo:		
Adições temporárias	32.248	36.809
Prejuízos fiscais	12.326	12.326
Base negativa de CSLL	7.396	7.396
Total de (a)	51.970	56.531

	31/12/2011	31/12/2010
Total	51.970	56.531

- A ser recuperado após 12 meses

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto diferido passivo:		
IR e CSL sobre reservas de reavaliação	1.234	1.428
IR e CSL sobre ganhos não real. - Circ. 192	3.651	3.329
Total (vide nota explicativa nº 12.a)	4.885	1.820

- A ser recuperado após 12 meses

A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos durante o exercício de 2010 e 2011 está apresentada na tabela a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Imp. dif. ativos		
Adições temporárias	32.248	37.136
Prejuízos fiscais	12.326	12.326
Base negativa de CSLL	7.396	7.396
Total de (a)	51.970	56.531

	31/12/2011	31/12/2010
Impostos diferidos passivos		
Saldo em 31/12/2010	51.970	56.531
Constituições	4.110	327
Reversões	(94)	(3.749)
Saldo em 31/12/2011	1.234	3.651

	31/12/2011	31/12/2010
10. Ativo Imobilizado:		
Terrenos (a)	652	652
Edificações	16.262	16.262
Móveis, máquinas e utensílios	34.033	34.033
Equipamentos	46.654	46.654
Veículos	2.827	2.827
Imobilizado em andamento	1.106	1.106
Imobilizado Total	101.534	101.534

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 31 de dezembro de 2010		
Depreciação acumulada	(7.787)	(7.787)
Depreciação/exaustão/amortização	(6.655)	(6.655)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(14.442)	(14.442)

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 31 de dezembro de 2010		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	652	652
Taxas anuais de depreciação - %	4	4

(a) Os terrenos e edifícios do ativo imobilizado foram reavaliados, os valores líquidos de depreciações e impostos estão registrados na conta "reserva de reavaliação" no patrimônio líquido.

	31/12/2011	31/12/2010
11. Ativos Intangíveis e Diferidos:		
Projetos	9.420	4.952
Custo pré-operac.	6.916	7.031
Adições	(72)	(1.739)
Transferências	(3.221)	(2.255)
Amortização	12.860	6.260
Saldo em 31/12/2011	109.644	103.757

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 31 de dezembro de 2010		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.129	20.934
Impostos a encargos sociais a recolher (12.a)	39.260	34.385
Encargos trabalhistas	13.524	11.776
Impostos e contribuições (12.a)	6.770	3.569
Outras contas a pagar	39.961	39.093
Total circulante	109.644	103.757

	31/12/2011	31/12/2010
Total não circulante	1.234	1.328

(*) Refere-se principalmente a provisão de participação nos lucros.

	31/12/2011	31/12/2010
12. Passivos Financeiros:		
Obrigações a pagar (*)	16.129	20.934
Impostos a encargos sociais a recolher (12.a)	39.260	34.385
Encargos trabalhistas	13.524	11.776
Impostos e contribuições (12.a)	6.770	3.569
Outras contas a pagar	39.961	39.093
Total	109.644	103.757

	31/12/2011	31/12/2010
13. Outros Débitos de Operações com Seguros e Resseguros a Pagar		
Operações com seguradores	3.878	5.090
Operações com resseguradores	28.957	26.987
Corretores de seguros e resseguros	5.352	4.522
Comissões e juros sobre prêmios emitidos	87.572	73.598
Outros	2	5
Total circulante	125.761	110.202

	31/12/2011	31/12/2010
14. Provisões Técnicas - Seguros:		
Bruto de resseg.	780.576	755.939
Liq. de resseg.	(336.765)	(301.796)
Total	443.811	454.143

	31/12/2011	31/12/2010
Provisões técnicas de contratos de seguros		
Provisão de prêmios não ganhos - PPNP (14.a)	336.765	301.796
Prov. de sinistros ocorridos mas não avisados (14.a)	81.951	78.273
Outras provisões (14.b)	6.633	4.585
Total	425.349	384.654

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 31 de dezembro de 2010		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.196.370	1.135.056
Longo prazo	9.555	6.143

	31/12/2011	31/12/2010
a) Provisões técnicas - bruto e líquido de resseguro:		
Provisão de prêmios não ganhos	336.765	301.796
Bruto de resseg.	780.576	755.939
Liq. de resseg.	(336.765)	(301.796)
Total	443.811	454.143

	31/12/2011	31/12/2010
Provisão de sinistros a liquidar (i)		
Bruto de resseg.	62.014	35.733
Liq. de resseg.	(25.001)	(22.839)
Total	37.013	12.894

	31/12/2011	31/12/2010
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
Bruto de resseg.	12.606	11.296
Liq. de resseg.	(6.408)	(5.820)
Total	6.198	5.476

	31/12/2011	31/12/2010
Provisão de sinistros a liquidar (ii)		
Bruto de resseg.	5.684	4.485
Liq. de resseg.	(3.355)	(2.804)
Total (*)	2.329	1.681

(*) O aumento ocorrido justifica-se pela inclusão da IBNER na metodologia de cálculo (vide nota explicativa nº 3.1.).

	31/12/2011	31/12/2010
b) Outras provisões:		
Provisão complementar de prêmios - (PCP)	4.624	3.766
Bruto de resseguro	502	502
Líquido de resseguro	114	83
Total	5.146	4.551

Os impostos diferidos, contabilizados diretamente no patrimônio líquido, durante o período foram:

	31/12/2011	31/12/2010
IR sobre reavaliação	1.234	1.428
CS sobre reavaliação	36	(51)
IR diferido Circ. - 192	1.975	(300)
CS diferido Circ. - 192	1.184	(180)
Total	3.065	(616)

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é decorrente de prejuízo fiscal e base negativa e serão realizados à medida que os prejuízos fiscais que os originaram sejam compensados com os lucros futuros. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos:

	2012	2013	2014	Total
Utilização do crédito	5.019	7.004	7.699	19.722
Valor presente dos créditos	4.584	5.815	5.811	16.209

Para os créditos tributários de diferenças temporárias, substancialmente oriundos da constituição de provisões judiciais, a realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão, cujos prazos não são previsíveis.

	31/12/2011	31/12/2010
9. Outros Ativos:		
Títulos e créditos a receber (9.1.)	77.970	45.904
Outros créditos (9.2.)	13.258	15.677
Outros valores e bens (9.3.)	31.248	27.120
Depósitos judiciais (9.4.)	17.427	37.636
Total	139.903	126.337

	31/12/2011	31/12/2010
Circulante	121.271	87.294
Não circulante	18.632	39.043
Total	139.903	126.337

	31/12/2011	31/12/2010
9.1. Títulos e créditos a receber:		
Ressarcimento SFH (CEF)	44.757	22.896
Ressarcimento DPVAT (Fenaseg)	28.620	4.258
Outros	4.593	18.750
Total	77.970	45.904

	31/12/2011	31/12/2010
9.2. Outros créditos:		
Bloqueios judiciais (a)	6.718	9.891
Adiantamento a fornecedores	6.598	4.321
Adiantamento a funcionários	(563)	992
Outros	505	473
Total	13.258	15.677

	31/12/2011	31/12/2010
9.3. Outros valores e bens:		
Salvados a venda	30.232	25.968
Imóveis destinados a venda	700	934
Almoxnado	216	210
Total	31.248	27.120

	31/12/2011	31/12/2010
9.3.1. Agindo dos salvados a venda		
0 a 30 dias	8.579	18.165
1 a 6 meses	10.177	6.388
6 a 12 meses	10.177	2.813
1 a 2 anos	90	93
Acima de 2 anos	4.097	4.097
PDD	4.187	(12.898)

	31/12/2011	31/12/2010
Automóveis	8.579	18.165
Outros	50	177
Total	8.629	18.342

	31/12/2011	31/12/2010
0 a 30 dias	8.579	18.165
1 a 6 meses	10.177	6.388
6 a 12 meses	10.177	2.813
1 a 2 anos	90	93
Acima de 2 anos	4.097	4.097
PDD	4.187	(12.898)

	31/12/2011	31/12/2010
Automóveis	8.579	18.165
Outros	50	177
Total	8.629	18.342

	31/12/2011	31/12/2010
9.4. Depósitos judiciais:		
Sinistros judiciais (a)	9.154	33.268
Ações trabalhistas	3.646	-
Ações cíveis	2.932	2.671
Total	17.427	37.636

A redução ocor

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício Findo em 31/12/2011

(Em Milhares de reais)

a) Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Administradores	-	2.926	-	2.112
Indiana Seguros S.A.	2.718	-	17.312	-
Liberty Mutual Insurance Co.	18.163	4.410	2.923	1.281
Liberty Syndicates	770	6.981	985	2.579
Total	21.651	14.317	21.220	5.972

b) As despesas e receitas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Receita/(Despesa)	Receita/(Despesa)	Receita/(Despesa)	Receita/(Despesa)
Administradores	(4.635)	(3.885)		
Indiana Seguros S.A.	32.070	17.312		
Liberty Mutual Insurance Co.	2.605	(12.854)		
Liberty Syndicates	(5.839)	(2.947)		
Total	24.201	(2.374)		

c) Remuneração do pessoal chave da Administração: É estabelecido anualmente por meio da Assembléia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social da Companhia. A remuneração a pagar em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$2.926 (R\$2.112 em 2010). **d) Outras informações:** Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária,

membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. **19. Outras Informações:** **19.1. Cobertura de seguros (não auditado):** A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros em valores é assim demonstrada:

Itens	Importância segurada	
	31/12/2011	31/12/2010
Tipos de cobertura		
Quaisquer danos materiais a edificação,		
instalações de máquinas e equip.	10.400	10.400
Responsab. civil e danos morais	76.669	68.465
Total	87.069	78.865

19.2. Política de participação nos resultados: A Companhia utiliza uma política interna para o programa de participação do resultado em conformidade com a Lei nº10.101/00. Anualmente é formada uma Comissão PPLR que tem por objetivo representar todos os funcionários do Grupo Liberty, assistidos pela área de Recursos Humanos e Sindicato dos Secretários, nas reuniões de negociação do PPLR. Em 31 de dezembro de 2011 o impacto no resultado decorrente da provisão para participação nos resultados da Companhia totalizou R\$15.138 (R\$19.019 em 2010). **20. Isenções Adotadas e Exceções Obrigatórias:** As políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, sendo as primeiras demonstrações financeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs homologados pela SUSEP. Para os períodos anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (balanço de abertura), as demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09). O CPC 37 exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira, com aplicação na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as

normas). A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC aprovados pela SUSEP no que não contrariem os requerimentos do órgão regulador, consequentemente, as demonstrações financeiras estão de acordo com as exigências da Autarquia. A norma IFRS 1 determina as isenções obrigatórias e opcionais a serem consideradas no primeiro ano de adoção das normas IFRS. A seguir listamos a exceção adotada pela Companhia: **Avaliação de contratos de seguros:** A Companhia adotou os requerimentos do CPC 11 - “Contratos de Seguros”, que permite a manutenção de certas práticas contábeis utilizadas anteriormente, após o cumprimento de certos requerimentos mínimos do CPC, tais como classificação de contratos e teste de adequação dos passivos (“*Liability Adequacy Test*” conforme definido no CPC11), obrigatórios para os contratos que atendem a definição de “contrato de seguro” tal como definido naquele pronunciamento. A Administração aplicou as disposições transitórias do CPC11 para limitar aos últimos cinco anos as divulgações de informações sobre o desenvolvimento de sinistros; A adoção antecipada dos pronunciamentos internacionais ou a adoção de alternativas neles previstas está condicionada à aprovação prévia da SUSEP, por meio de ato normativo. Na data de emissão das demonstrações financeiras, a Companhia decidiu não adotar de maneira antecipada as seguintes normas e interpretações que foram emitidas pelo IASB, mas que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2011. É importante destacar que estas normas e interpretações não foram emitidas ainda pelo CPC e que consequentemente não se encontram aprovadas pela SUSEP: • IAS 12 (Revisada) “Imposto de renda”: em vigor para períodos que comecem em 01 de janeiro de 2012, alterou o conceito de recuperabilidade do imobilizado para investimento no Imposto Diferido. A alteração inclui a presunção de que a recuperação do valor de livro do imobilizado para investimento é realizada através de venda. Consequentemente, a CIN 21 “Imposto de Renda - Recuperação de ativos reavaliados não depreciáveis” deixou de ser aplicada para propriedades de investimento mensuradas a valor justo. • IFRS 9 (Revisada) “Instrumentos Financeiros”: em vigor para períodos que comecem em 01 de janeiro de 2013, o IASB publicou os requisitos sobre escrituração de passivos financeiros para completar a fase de classificação e mensuração do projeto do IASB para substituir a IAS 39 “Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e mensuração”. Os novos requisitos referem-se ao tratamento da volatilidade nos ganhos ou perdas originados na mensuração das dívidas ao valor justo, e adotou-se a decisão de manter a mensuração ao custo amortizado para a maioria dos passivos.

Diretoria

Carlos Adrian Magnarelli
Vice-Presidente

Marcos Machini
Vice-Presidente

Rogério do Nascimento
Contador CRC 1SP259014/O-4

Rafael Citelli dos Reis
Atuário MIBA 975

Parecer Atuarial

Nossa avaliação foi baseada nos comparativos entre os saldos das provisões técnicas contabilizadas pela Seguradora no Balanço Patrimonial de 31/12/2011 e em nossas estimativas dos valores para estas provisões, em conformidade com as premissas das disposições IFRS e da legislação de seguros vigente. Essas estimativas tomam por base ainda os resultados encontrados no Teste de Adequação de Passivos desta Seguradora, elaborada de acordo com a Circular SUSEP nº 410, de 22/12/2010, que compreende

todas as operações de seguros e a análise das provisões técnicas, com o objetivo de verificar a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos atuariais em todos os aspectos relevantes. A conclusão é que os valores contabilizados no Balanço Patrimonial da Liberty Seguros S.A. estão adequados para os níveis de custos e riscos assumidos e que não se faz necessário ajustar as provisões constituídas e nem constituir a Provisão de Insuficiência de Prêmios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

Carlos Adrian Magnarelli
Diretor Responsável Técnico Atuarial
Rafael Citelli dos Reis - MIBA 975
Atuário

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Liberty Seguros S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Liberty Seguros S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do resultado abrangente para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em

nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da

apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Liberty Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do
ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3